

HABEAS CORPUS Nº 548.706 - SP (2019/0357258-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PIETRO DA SILVA ESTABILE - RJ138750
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELINO BISPO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCELINO BISPO DE SOUZA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0001044-96.2017.8.26.0248).

Consta dos autos ter sido o paciente condenado à pena de 6 anos, 7 meses e 10 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, e ao pagamento de 16 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I, II e V, do Código Penal.

Irresignada, a defesa ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem negado provimento ao apelo (e-STJ fls. 19/44).

No presente *writ*, sustenta a impetrante que o aumento operado na terceira fase da dosimetria da pena deu-se apenas com base no número de causas de aumento, o que viola o disposto no enunciado 443 da Súmula desta Corte.

Aduz que a fixação do regime fechado também não veio acompanhada da motivação idônea, sobretudo porque a pena-base foi fixada no mínimo legal, invocando, ainda, os enunciados 440 da Súmula desta Casa e 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Busca, liminarmente, possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento definitivo deste *writ*.

No mérito, pugna que a exasperação da reprimenda, na terceira fase, ocorra no mínimo legal de 1/3, bem como seja fixado o regime semiaberto para início de desconto da sanção corporal.

Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator